

Desafios da economia à espera do eleito ao Planalto

Alta dos gastos públicos sem sustentação pode afetar controle da inflação e expansão do crescimento econômico do país

RAFAEL VIGNA
rafael.vigna@zerohora.com.br

Enquanto a campanha entre os candidatos à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL) se intensifica no segundo turno em meio a temáticas ideológicas e comportamentais e acusações de corrupção nos dois lados do ringue, ao vencedor da disputa aguardam vários desafios na área econômica.

Reformulação do teto de gastos, recursos para manter o Auxílio Brasil em R\$ 600, controle da inflação, redução do juro e expansão da economia são alguns dos tópicos analisados pelas equipes de Lula e Bolsonaro assim como especialistas na área. A questão fiscal é vista como o principal problema e tem na elevação dos gastos públicos de maneira não sustentada o seu detonador armado para o próximo ano.

Sem previsão orçamentária, a manutenção do Auxílio Brasil em R\$ 600 por beneficiário deverá, no mínimo, dobrar o déficit primário (resultado negativo do saldo entre receitas e despesas do governo, exceto pagamentos de juros da dívida pública) de R\$ 64 bilhões já anunciado para o primeiro ano do próximo mandato. Assim, a partir de janeiro, outros itens da pauta econômica – relegados ao segundo plano no debate até agora – virão à tona de imediato.

Exemplos disso são: os incentivos ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), a continuidade do aperto dos juros no combate à infla-

ção, os mecanismos de reversão da perda de arrecadação federal e dos Estados, novas fontes de receitas para arcar com a elevação de gastos e reforma tributária. Essas e outras pautas, alertam os especialistas, demandarão respostas rápidas, ainda não verbalizadas durante o período eleitoral.

– Falar de bomba fiscal para o próximo ano não é terrorismo, pelo contrário, é uma visão prudente do atual momento fiscal – resume Mauro Rochlin, doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Social

Rochlin pondera que as ações voltadas às áreas sociais são fundamentais por envolverem a base da pirâmide de renda. Por isso, antevê dificuldade para que algum dos candidatos não mantenha os atuais valores do Auxílio Brasil, o que demandaria mais R\$ 50 bilhões nos gastos públicos. Outros R\$ 10 bilhões seriam acrescidos, caso a proposta de Bolsonaro de conceder 13º salário para as mulheres do programa saia do papel. Já em caso de vitória de Lula, os valores para contemplar mais R\$ 150 por crianças até seis anos ainda não foram estimados.

– Entendo que qualquer que seja o novo governo, ainda que u e

o desenho de políticas públicas voltadas para a área social seja uma necessidade, é temerário falar em aumento de gastos sem enquadrar isso dentro de alguma regra – avalia.

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV/Ibre) e doutor em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), Samuel Pessoa recorda que, antes do Auxílio Brasil ser turbinado, os investimentos no combate à pobreza representavam 0,5% do PIB e, agora, alcançam 1,5%. Mesmo assim, “há evidências claras de baixa efetividade” na aplicação.

– Seria melhor manter em 1% do PIB, dobrar, e caminhar na direção da eficácia do gasto. Não faz sentido duplicar um gasto de combate à pobreza em proporção do PIB e a sensação de pobreza e insegurança alimentar aumentar. Tem algum problema aí – diz.

Nesse caso, o mecanismo de controle vigente seria o chamado teto de gastos. A medida foi criada pelo Congresso Nacional em 2016 por meio de proposta de emenda à Constituição (PEC). Alterou o regime fiscal e limitou a alta do gasto público, por 20 anos (até 2036), ao crescimento do ano anterior, corrigido pela inflação.

De um lado, Bolsonaro descumpriu a norma, de maneira assumida por seu ministro da Economia, Paulo Guedes – para “socorrer a população mais frágil e garantir empregos” na pandemia, em 2020 e 2021, e “contornar as perdas” ocasionadas pela guerra entre a Rússia e Ucrânia, em 2022. Se re-eleito, deixaria um terceiro furo, em 2023. Conforme a Instituição Fiscal Independente, órgão vinculado ao Senado, em agosto a atual gestão havia extrapolado os valores executados fora do orçamento em R\$ 213 bilhões.

Farra

Por outro, Lula descarta manter o teto de gastos, sem detalhar o que viria em substituição. Em seus oito anos de mandato (2003-2011), o regime fiscal foi balizado pelo superávit primário (saldo positivo entre receitas e despesas do governo, com exceção dos pagamentos de juros da dívida). O modelo permaneceu à risca sob as rédeas do ex-presidente, mas foi descumprido pela sucessora e correligionária Dilma Rousseff (PT).

Economista e professor da UFRGS, Marcelo Portugal explica que, ao contrário da política monetária em que o consenso global converge para o siste-

ma de metas de inflação, usado por diversos países, entre eles o Brasil, cada nação desenvolve seus próprios mecanismos fiscais.

Os EUA, por exemplo, diz o professor, centralizam as ações no tamanho da evolução da dívida pública. Já os ingleses, acrescenta, focam as atenções sobre o que denominam de orçamento ao longo do ciclo (produção de déficit quando a economia está mal e superávit quando está bem) para gerar equilíbrio fiscal em prazos ampliados de cinco ou seis anos. No Brasil, foram várias as regras não cumpridas, salienta:

– O principal problema é fiscal. Cada candidato quer oferecer mais dinheiro. O problema é que esse mesmo dinheiro sairá do bolso do próprio eleitor que será obrigado a financiar essa farra no ano que vem – contrapõe.

Ex-diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central e ex-economista-chefe dos bancos ABN Amro e Santander, Alexandre Schwartzman lembra que o teto fiscal é cláusula da Constituição. Para que deixe de existir, é necessária a aprovação por três quintos do Congresso (49 dos 81 senadores e 308 dos 513 deputados).

– Se vai mudar essa regra, por que não se mudaria a outra? Você pode colocar a regra que for, mas na hora que a onça for beber água, ela vai espirrar e gastar o quanto quiser, independentemente de quem seja. A gente não faz as coisas de acordo com as leis no Brasil, a gente faz as leis de acordo com as coisas – crítica Schwartzman.



Palácio do Planalto, obra planejada por Oscar Niemeyer, sede do Poder Executivo federal e local onde está o gabinete presidencial do Brasil